

Europa: um interesse vital

Publicação: [O Mundo em Português Nº60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: Maria do Rosário de Moraes Vaz

Em Dezembro de 1995, depois dos Acordos de Dayton negociados em Washington e solenemente firmados no Eliseu, partia para a Bósnia-Herzegovina o contingente militar português que tomou parte na operação militar que, liderada pela Nato e maioritariamente constituída pelos seus membros, haveria de metamorfosear-se, em Dezembro de 2004, na primeira operação militar europeia de envergadura. Este envio, decidido pelo primeiro governo de António Guterres, que vigorosamente o defendeu contra opiniões que consideravam o empenhamento de tropas no teatro europeu (ainda que sob a égide da Nato) como secundário ou mesmo lesivo de prioridades nacionais exclusivamente centradas em cenários africanos, a preparação do contingente português começou porém no último governo de Cavaco Silva.

Em finais de 2005, dez anos depois da partida do primeiro contingente que durante a vigência da Ifor se manteria em cerca de novecentos homens, e mulheres, permanecem na Bósnia cerca de 300 homens, que se mantiveram desde que a força de intervenção foi reduzida e transformada em força de estabilização, e o empenhamento total de forças em missões no exterior totaliza cerca de 750 homens.

A participação militar portuguesa na Bósnia reveste-se de enorme significado por três motivos principais. Simbolicamente, por representar o regresso de um «corpo expedicionário» português ao solo europeu, em condições que estão nos antípodas das de 1914-18, quando a República recém-implantada forçou a sacrificada participação de Portugal na guerra movida, essencialmente, por interesses extra-europeus.

Politicamente, por representar o consumir da «europeização» da política externa portuguesa e, com ela, da sua política de segurança e defesa, doravante e antes de tudo o mais uma fundamental componente desta. E em termos tanto doutrinários como operacionais por simbolizar, mesmo antes de completada, a profunda transformação das forças armadas portuguesas para se adaptarem ao mundo post-Guerra Fria e à revolução que trouxe à filosofia e à organização da segurança e defesa, e que hoje permite uma presença militar expressiva na Bósnia, no Kosovo e no Afeganistão, que

soma cerca de 750 homens, e deixa de permeano um importante contributo às operações militares em Timor-Leste.

Muito sumariamente, esta adaptação consiste em transferir a justificação e a utilidade do instrumento militar da mera existência, como último garante da soberania e da independência, para o uso efectivo, em nome de interesses de segurança que se «desterritorializam» ao centrar-se na protecção da integridade não do Estado mas das comunidades e mais geralmente dos civis. Esse emprego é, em regra, feito no quadro de forças multinacionais.

A profissionalização integral dos exércitos, de muito menor dimensão e muito maior mobilidade, a flexibilidade exigida por missões diferentes, militares e não militares, de guerra e de paz, a interoperabilidade e jointness – acção conjunta de forças de terra, mar e ar e, tendencialmente, a fusão dos ramos, a modernização e mudança dos equipamentos – em suma, as condições de emprego da força, são os critérios por que se mede doravante a capacidade militar dos vários países e, em não pequena parte, a sua estatura nas alianças e estruturas a que pertencem e, mais geralmente, no concerto das nações. A era post-1989 aumenta, num paradoxo apenas aparente, a importância e a exigência relativamente ao instrumento militar como componente da acção externa.

A participação na Bósnia revela a plena consciência de que na estabilização do continente europeu, inseparavelmente aliada à sua democratização – dito de outro modo, a construção da paz democrática na Europa e não a mera extinção dos focos de insegurança – reside o primeiro, o mais importante e vital, interesse de segurança de Portugal. Essa consciência manifestou-se aliás na participação na intervenção da Nato no Kosovo, inclusivamente na campanha inicial de bombardeamentos contra a Sérvia, apesar dos brados de protesto dos que quiseram nisso ver uma subordinação a interesses alheios e obediência a um trejeito unilateralista americano.

Mais tarde, a suspensão, criticada pelos aliados, da presença militar no Kosovo não é tão sintomática de um recolocar asiático do falso dilema «Angola ou Bósnia» mas sim de uma real dificuldade, orçamental e não só, em satisfazer compromissos militares múltiplos. E se em Timor-Leste, ao contrário da Bósnia ou do Kosovo, nunca estiveram directamente em causa interesses de segurança de Portugal, vitais ou não, no sentido estrito e egoísta do termo, que justificassem o emprego da força militar, estava certamente a credibilidade da sua política e da sua acção externa.

A Bósnia representa ainda, tal como Timor e o Afeganistão, e talvez mais especialmente o Kosovo, a progressiva deslocação da utilidade – e da justificação pública – da manutenção e emprego do instrumento militar, que Portugal e a generalidade dos países

européus vão quase inconscientemente subscrevendo, mais nos actos que nas formulações doutrinárias, da defesa do Estado para a segurança, e a protecção, dos cidadãos, inclusive contra os regimes a que estão sujeitos. O bom desempenho das tropas e das forças de segurança portuguesas, na Bósnia e nas missões que se lhe seguiram, o apoio público que nunca desfaleceu mesmo quando houve baixas a lamentar, tem de ser entendido, mais que como um acréscimo ao protagonismo nacional, como um contributo tangível aos resultados que essas missões proporcionam.